

Ata da 51ª Reunião Ordinária
da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima,
realizada em 16/07/2009, 5ª feira, às 15h00, no Ministério da Ciência e Tecnologia,
Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Sala de Reuniões dos Conselhos, 2º Andar

Membros Participantes:

1. Luiz Antônio Barreto de Castro – Ministério da Ciência e Tecnologia
2. Adriano Santhiago de Oliveira – Ministério da Ciência e Tecnologia
3. Andréa Souza Santos – Ministério do Meio Ambiente
4. Ernani Lustosa Kuhn – Ministério da Fazenda
5. Gerson Clovis Maly – Ministério dos Transportes
6. Fernanda Bocorny Messias – Ministério Desenvolvimento, Indústria e Comércio
7. Hamilton Moss de Souza – Ministério de Minas e Energia
8. Leíza Dubugras – Casa Civil
9. Wadih João Scandar Neto – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Outros Participantes:

1. Newton Paciornik – Ministério da Ciência e Tecnologia
2. Lídia Miranda de Lima – Conjur/Ministério da Ciência e Tecnologia
3. João Luiz Tedeschi – Ministério de Minas e Energia
4. Samira Sana F. de Souza – Ministério de Minas e Energia
5. Marcelo Costa Pereira – Ministério do Meio Ambiente
6. Luís Eduardo Tinoco – Ministério do Meio Ambiente
7. Natália H. R. de Macedo – Ministério das Cidades
8. Roberto Cavalcante – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
9. Maria Clara Tavares Cerqueira – Ministério das Relações Exteriores

Resumo das discussões e decisões da 51ª Reunião Ordinária da Comissão:

- Aprovação da Ata da 50ª Reunião Ordinária, com duas retificações:
 - Retificação no item 3 da página 9 solicitado pelo Dr. Adriano Santhiago:

Onde se lê: O Dr. Newton solicitou ao Dr. Adriano que apresentasse a posição do MCT (...)

Leia-se: O Dr. Newton solicitou ao Dr. Adriano que apresentasse a posição da secretaria executiva da comissão (...).
 - Retificação na terceira linha da página 13 solicitada pela Dr^a. Andréa Souza Santos:

Onde se lê: A Dra. Andréa sugeriu uma comunicação da Secretaria Executiva (...)

Leia-se: A Dra. Andréa sugeriu uma comunicação da Secretaria Executiva da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima (...)
- Análise dos projetos – síntese:

Número	Projeto	Posição anterior	Posição pós-reunião
193	Usina Interlagos	Aprovado com ressalvas	Aprovado com ressalvas
201	PCH Faxinal II	Revisão	Revisão
234	TECIPAR	Revisão	Aprovado com ressalvas
235	PCH Goiandira	Revisão	Revisão
237	Jaguarão	Submetido	Revisão
238	Serra dos Antunes	Submetido	Revisão
239	Livramento	Submetido	Revisão
240	Estelar	Submetido	Aprovado com ressalvas
241	Paragominas	Submetido	Revisão
242	CTRS / BR040	Submetido	Revisão
243	Rafard	Submetido	Revisão
244	Costa Pinto	Submetido	Revisão
245	BRACARBON 02	Entrada	Submetido
246	BRACARBON 03	Entrada	Submetido
247	BRACARBON 05	Entrada	Submetido
248	BRACARBON 07	Entrada	Submetido
249	BRACARBON 08	Entrada	Submetido
250	Ecobio Carbon nº4	Entrada	Submetido

- Discussão sobre a Instrução Normativa nº 7 do IBAMA.
- Proposta de Reunião Extraordinária da CIMGC em agosto.
- Apresentação, na próxima Reunião Ordinária da CIMGC, sobre Projeto CGEE:
 - Projeto de Lei sobre isenção tributária para créditos de carbono.

O Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (SEPED), Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro, iniciou a 51ª Reunião Ordinária da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima lendo a ata da reunião anterior.

1. Aprovação da Ata da 50ª reunião ordinária da Comissão Interministerial.

O Secretário, Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro, após ler a ata perguntou se existia alguma modificação a ser realizada e passou a palavra ao Dr. Adriano Santhiago que solicitou a seguinte alteração no item 3 da página 9:

Onde se lê: O Dr. Newton solicitou ao Dr. Adriano que apresentasse a posição do MCT (....)

Leia-se: O Dr. Newton solicitou ao Dr. Adriano que apresentasse a posição da secretaria executiva da comissão (....).

A Dra. Andréa Souza Santos pediu a palavra e solicitou a seguinte alteração na terceira linha da página 13:

Onde se lê: A Dra. Andréa sugeriu uma comunicação da Secretaria Executiva (...)

Leia-se: A Dra. Andréa sugeriu uma comunicação da Secretaria Executiva da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima (...)

As alterações solicitadas têm relação com a Instrução Normativa nº 7 do IBAMA. Após a solicitação da Dra Andréa Souza Santos, o Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro perguntou se essa comunicação havia sido feita ao MMA e o Dr. Adriano Santhiago explicou que foi decidida a formação de um grupo de trabalho com alguns ministérios específicos, sendo que esse grupo ainda não havia se reunido em função de reuniões que ocorreriam no âmbito do CONAMA para discutir Resolução de teor similar à referida IN. Sugeriu que a questão fosse tratada no item outros assuntos, tendo em vista que a Agenda proposta continha o tema naquele item. Citou ainda que o Secretário, Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro, havia solicitado um parecer da consultoria jurídica do MCT sobre a IN e que posteriormente esse parecer seria apresentado e considerado na reunião.

O Secretário, Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro, perguntou se poderia aprovar a ata com as modificações que foram introduzidas. Como nenhum dos participantes da reunião se manifestou de forma contrária, a ata da 50ª Reunião foi aprovada.

2. Deliberação sobre projetos de MDL submetidos à Comissão Interministerial.

O Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro iniciou a deliberação pelos projetos aprovados com ressalvas cujos proponentes não apresentaram respostas satisfatórias aos ofícios enviados pela CIMGC há mais de 60 dias.

- 193 – Projeto de Co-geração da **Usina Interlagos** (ofício 379, de advertência, enviado em 22/10/2008. Em 23/01/2009 foi recebida mensagem eletrônica informando interesse quanto à manutenção do projeto. Em 18/03/2009 foi recebida correspondência contendo solicitação similar)

Dr. Newton Paciornik falou que os proponentes não se manifestaram até a data da reunião (16/07/2009), e sugeriu o envio de um novo ofício, para que eles se manifestem sobre a intenção quanto à permanência do projeto. Argumentou que a ausência de respostas às questões da Comissão não poderia ser atribuída aos proponentes do projeto. Nesse caso, a entidade operacional designada era a responsável pela ausência de manifestação do proponente, o qual depende de ação daquela entidade. Contudo, registrou que como havia muito tempo sem manifestação, cabia um ofício para se obter informações atualizadas sobre a questão. Deveria ser averiguado se existia alguma alegação nova ou se seria mantida a mesma alegação. Caso não houvesse uma manifestação, a Comissão poderia considerar o projeto como não submetido.

O Secretário, Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro, citou que os proponentes informaram duas vezes o interesse na manutenção do projeto, mas ressaltou dizendo que isso era insuficiente, dado o tempo decorrido desde a última manifestação. O Dr. Newton Paciornik reforçou a alegação dos proponentes de que o problema é da empresa validadora e que continuam esperando a finalização por parte da mesma.

O Secretário, Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro, perguntou o que aconteceria se a validadora não terminasse o processo e o Dr. Newton Paciornik respondeu dizendo que os proponentes ficariam prejudicados, mas em algum momento o projeto deveria ser validado ou a entidade operacional designada se manifestaria contrariamente à validação do projeto, resultando na sua eliminação da lista.

O Secretário, Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro, questionou se os proponentes poderiam adiantar a fase na qual estava o processo de revisão e o Dr. Newton Paciornik disse que o ofício poderia ser redigido de tal forma que a Comissão indagasse sobre o andamento do problema levantado pelo proponente e sobre a ausência de resposta à Comissão.

Por fim, a CIMGC deliberou pela manutenção da **aprovação com ressalvas** do Projeto de Co-geração da **Usina Interlagos**, com o envio de novo ofício de acordo com a sugestão do Dr. Newton.

O Secretário, Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro, passou em seguida para a categoria de projetos **em revisão** cujos proponentes **ainda não** apresentaram respostas aos ofícios enviados pela CIMGC há mais de 60 dias.

- 201 – Projeto Pequena Central Hidroelétrica **Faxinal II** (ofício 389, enviado em 27/01/2009. Em 18/03/2009 foi recebida correspondência, informando interesse quanto à manutenção do projeto)

O Dr. Newton afirmou que este projeto apresentava uma situação similar ao do caso anterior, e o Secretário, Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro, sugeriu o mesmo posicionamento.

A CIMGC deliberou por manter o Projeto Pequena Central Hidroelétrica **Faxinal II em revisão**, com envio de novo ofício com teor similar ao do projeto considerado anteriormente.

Na sequência, o Secretário, Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro, passou para a deliberação dos projetos em revisão cujos proponentes ainda não apresentaram respostas aos ofícios enviados pela CIMGC

- 234 - Projeto de Gás de Aterro **TECIPAR** – PROGAT (ofício 398, enviado em 24/03/2009; pedido, em 18/05, para que o projeto de geração de energia fosse analisado na reunião em questão. Reposta recebida em 08/07/2009)

Dr. Newton explicou que a resposta foi recebida fora da época da elaboração da agenda e fora do prazo regulamentar anterior à reunião. Mas manifestou que houve tempo hábil para a análise por parte do MCT. A partir desse contexto, questionou se os demais membros concordavam em examinar o projeto na reunião em questão, obtendo resposta positiva.

Dr. Adriano Santhiago solicitou a opinião dos outros ministérios se seria necessário exigência da licença ambiental para atividade de geração de energia elétrica, tendo em vista que essa atividade só irá ocorrer em 2015. Se todos avaliassem que não seria necessário, o parecer do MCT poderia ser alterado para a aprovação com ressalvas em substituição à recomendação inicial de revisão.

A Dr^a. Andréa Souza Santos falou em nome do MMA e disse que concordava com a aprovação com ressalva levando em consideração que a geração de energia elétrica só ocorrerá em 2015, e assim o proponente terá que apresentar a licença na fase de geração de energia.

A Dr^a. Samira Souza falou em nome do MME e disse que concordava com a aprovação com ressalva, pois da mesma forma que a licença ambiental, a conformidade regulatória junto a ANEEL poderia ser obtida no período de geração de energia.

Portanto, a CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalvas** do Projeto de Gás de Aterro **TECIPAR** – PROGAT, eliminando as ressalvas 3 e 4 contidas no parecer original do MCT.

O Secretário, Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro, passou para a deliberação dos projetos em revisão cujos proponentes apresentaram respostas aos ofícios em conformidade com a Resolução nº 05 da CIMGC.

- 235 – Atividade do Projeto das Pequenas Centrais Hidrelétricas Goiandira, Pedra do Garrafão, Pirapetinga e Sítio Grande (ofício 401, enviado em 25/05/2009, com resposta recebida em 01/07/2009)

O Dr. Adriano Santhiago indicou a continuação do projeto em revisão pelo fato do proponente não ter atendido alguns pontos exigidos na última reunião, tais como a informação de uma única data para início das atividades do projeto, ele disse que utilização de muitas datas pode gerar problemas futuros no conselho executivo. Outros pontos destacados foram a uniformização das coordenadas geográficas, problemas no cálculo de adicionalidade e a ausência das atividades de desenvolvimento sustentável no DCP.

O Secretário, Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro, perguntou aos demais membros se havia alguma objeção e nenhuma manifestação ocorreu.

Portanto, a CIMGC deliberou pela **revisão** do Projeto das Pequenas Centrais Hidrelétricas Goiandira, Pedra do Garrafão, Pirapetinga e Sítio Grande, devendo atender as seguintes exigências:

1. Reapresentar o DCP/PDD para corrigir a incoerência entre as afirmações, na página 3, “a Goiás Sul Geração de Energia S.A., proprietária da PCH Goiandira, é uma empresa que pertence 100 % à Neoenergia S.A.” e, na página 16, de que a Neoenergia é “acionista majoritária da Goiás Sul Geração de Energia S/A (dona da pequena central hidrelétrica Goiandira)”.
2. Explicar a afirmação, dada na resposta ao Ofício MDL 401/2009/CIMGC, de que “Neoenergia S.A. é 100% acionária das empresas Rio PCH I S. A. e Bahia PCH I S.A.”, já que a ata da assembléia geral extraordinária da primeira (de 04/08/2008) mostra como acionista também a PCH – Administração e Participações Ltda.; e a ata da assembléia geral extraordinária da segunda (de 28/04/2008) mostra como acionista também a Neoenergia Investimentos S.A.
3. Justificar o cálculo do Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC apenas usando dados da Neoenergia S.A., uma vez que estão envolvidas ainda a PCH - Administração e Participações Ltda., Neoenergia Investimentos S.A. e a Ecoinv Global Ltda., agora Ecopart Assessoria em Negócios Empresariais Ltda., esta participante da atividade de projeto.
4. Apresentar a documentação oficial que demonstre as coordenadas das PCHs constantes na Tabela 2 do DCP, alterando este, se for o caso.
5. Esclarecer a coincidência da PCH Nova Aurora na mesma localização da PCH Goiandira, conforme Despacho ANEEL N° 51, de 28 de janeiro de 2004, documento mais recente do que a Resolução ANEEL N° 703, de 17 de dezembro de 2002, referente à PCH Goiandira. Nesse contexto, confirmar as coordenadas dos empreendimentos PCH GOIANDIRA e PCH SITIO GRANDE, de acordo com a documentação da ANEEL.
6. Apresentar a “estimativa de WACC – Custo Médio Ponderado de Capital para Projetos de Geração de Energia Elétrica no Brasil, Neoenergia, dez/2005” (referente à nota 10 da página 16 do DCP), bem como a planilha “2007-12-13_calculo wacc_TV.xls, acompanhadas das planilhas a que ela faz referência, para completa abertura da mesma, de modo a evitar células marcadas com erro (#REF).

7. Esclarecer as incoerências entre as declarações no DCP/PDD e o comunicado ao Coordenador de Licenciamento Ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Prefeitura de Campos, referentes à PCH Pedra do Garrafão. Ao contrário do que o proponente do projeto afirmou, o DCP/PDD não foi alterado nessas questões. O comunicado ao Coordenador inclui programas não listados no DCP, Item D.2, [Programa de consolidação das unidades de conservação; Programa de acompanhamento de atividades minerárias; Programa de monitoramento da ictiofauna; Programa de monitoramento de vetores; Programa de monitoramento das macrófitas; Programa de limpeza da bacia de acumulação (desmate); Programa de monitoramento da vegetação; Programa de monitoramento sedimentológico; Programa de controle de processo erosivos; Plano de manejo do reservatório e trecho de vazão reduzida;] e deixa de incluir outros listados no mesmo DCP [Conservação de reservatório e plano ambiental; Plano de monitoramento de reservatório; Inventário florestal].
8. Apresentar o contrato social da Ecopart Assessoria em Negócios Empresariais Ltda.

O Secretário, Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro, passou para a deliberação dos projetos submetidos na última reunião.

➤ 237 – Parque Eólico Jaguarão;

O Dr. Adriano indicou alguns problemas, tais como equívocos quanto à tradução do DCP e do relatório de validação, a utilização do fator de emissão em desacordo com a orientação da comissão interministerial, a ausência de publicação do DCP e do anexo 3 no sítio da *Internet* que deve ser disponibilizado para a consulta dos *stakeholders*. Por esses e outros fatores, o MCT decidiu pela revisão do projeto.

A Dr. Andréa Souza Santos falou que o projeto deveria ser mantido em revisão. Ela identificou que a documentação do licenciamento estava incompleta, que os proponentes não asseguraram a conformidade das atividades do projeto com a legislação ambiental e que a licença prévia apresentada estava em nome de uma empresa distinta da apresentada no DCP.

A Dr. Samira Souza identificou que a data de início do projeto estava prevista para 01/07/2010, no entanto ela deve ser anterior à data de apresentação do DCP. Ressaltou também que os proponentes solicitaram revogação para que fosse possível o enquadramento em empreendimentos de energia nova e qualificação no leilão, disse que o projeto está regular junto a ANEEL e que a sua titularidade já havia sido transferida para Empresa Fortune.

Portanto, a CIMGC deliberou pela **revisão** do projeto Parque Eólico **Jaguarão**. As seguintes exigências deveriam ser atendidas:

1. Reapresentar o DCP/PDD para:
 - a. Acertos na tradução;
 - “Anexo II” ao invés de Anexo III, página 2;
 - Utilizar a notação brasileira de ponto decimal;

- Está errada a tradução na página 20 do DCP “São considerados sistemas elétricos conectados aos sistemas do Uruguai e da Argentina, que estão conectados através de linhas de transmissão ao SIN”;
 - Há várias frases em inglês em tabelas.
- b. Corrigir a afirmação do DCP/PDD de que “os dados de fornecimento por hora e a ordem de mérito não estão disponíveis para a aplicação da Análise dos Dados de Fornecimento”. Os fatores de emissão para projetos brasileiros no âmbito do MDL devem ser os calculados para o sistema único disponibilizados por mês, dia e hora no sítio internet da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, conforme consta na Resolução N° 8 desta Comissão.
 - c. Refazer os cálculos do fator de emissão aplicando-se o método de análise de despacho, utilizando-se os dados disponibilizados pela Autoridade Nacional Designada Brasileira (CIMGC).
 - d. Corrigir, item B.6.1 do DCP/PDD, a afirmação de que o sistema brasileiro se conecta com o do Uruguai, ao invés de fazê-lo com o do Paraguai.
 - e. Corrigir a afirmação do DCP/PDD de que “o período de recebimento de comentários foi de 15 dias, conforme o estabelecido, e as cópias das cartas com o correspondente AR (aviso de recebimento) foram entregues à Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima.” O período de recebimento não é limitado em 15 dias nem os avisos de recebimentos foram entregues.
 - f. Corrigir o nome de um dos proponentes do projeto, que ora é apresentado com Inversiones Financieras Fortuny, SLU, ora com Inversiones Financieras Fortuny, SL (Anexo 1).
 - g. No Item B.7.2, sub-item 4, o DCP inclui “monitoramento da contribuição para o desenvolvimento sustentável”, o que não é previsto pelas Resoluções da Comissão.
 - h. Alterar a data de início da atividade de projeto, que está prevista para 01 de julho de 2010. Esta data deve ser anterior à de início da elaboração do projeto MDL;
2. Reapresentação do Relatório de Validação para:
 - a. Acertar, na tradução para o português, a falta do Anexo A – Protocolo de Validação e palavras não traduzidas, como “Brazil”, na capa.
 - b. Rever o uso dos fatores de emissão pela atividade de projeto. Devem ser utilizados os fatores de emissão disponibilizados por mês, dia e hora no sítio internet da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, conforme pede a Resolução N° 8 desta Comissão.
 - c. Retirar o monitoramento das contribuições ao desenvolvimento sustentável como um dos pontos de monitoramento do projeto, uma vez que isso não está previsto nas Resoluções da Comissão.
 3. Publicar no site indicado nas cartas-convite o DCP e Anexo III, com as contribuições ao desenvolvimento sustentável do projeto, conforme pede a Resolução N° 7.
 4. Enviar cópia das cartas-convite enviadas para Associação Comunitária, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Fórum Brasileiro de ONG’s e Movimentos Sociais – FBOMS e Procuradoria Federal, conforme pede a Resolução N° 7.
 5. Enviar cópia dos Avisos de Recebimento – AR referente a todos os atores convidados, conforme a Resolução N° 7.

6. Apresentar o comprovante de legitimidade da assinatura aposta às declarações submetidas à Comissão.
7. Apresentar a licença ambiental válida para o projeto. Observa-se que a Licença Prévia apresentada, cuja validade expirou, está em nome da empresa "GAMESA SERVIÇOS BRASIL LTDA.", distinta da empresa "FORTUNY ENERGIA BRASIL LTDA.", desenvolvedora nomeada no DCP. Essa divergência necessita ser esclarecida.
8. Reapresentar o Anexo III, para explicar melhor qual a contribuição do projeto para a sustentabilidade ambiental local.
9. Apresentar a correta informação da Zona UTM (número e letra) da localização física dos aerogeradores, e explicar porque não foram usadas coordenadas geográficas, como comumente é presente em resoluções da ANEEL.

➤ 238 – Parque Eólico Serra dos Antunes (Entrada em 03/04/2009);

O Dr. Adriano Santhiago indicou alguns problemas de tradução do DCP, incongruências da potência instalada entre o PDD e DCP, utilização do fator de emissão em desacordo com a orientação da comissão interministerial, licenças citadas no relatório de validação diferentes das citadas no DCP, apresentação de licença prévia referente a 2008 e licença de instalação referente a 2003. Em função desses problemas, o MCT propôs a revisão do projeto.

A Dr. Andréa Souza Santos indicou a necessidade de regularização do processo de licenciamento ambiental, manifestou que as cópias das cartas convites não foram apresentadas, ressaltou a necessidade de correção do valor de redução de emissões estimadas na carta convite, a disponibilização do DCP no sítio da *Internet* para consulta pelos demais atores e a remoção das menções ao projeto Jaguarão presentes no DCP e relatório de validação.

Portanto, a CIMGC deliberou pela revisão do projeto Parque Eólico Serra dos Antunes, devendo ser atendidas as considerações a seguir:

1. Reapresentação do DCP/PDD para:

a. Acertos na tradução

- “Anexo II” ao invés de Anexo III, página 2;
- 98,68 MW ao invés de 98,6 MW
- O projeto é em Piratini, mas o DCP fala em Jaguarão, página 5.
- O projeto de Serra dos Antunes é confundido com o de Jaguarão.
- Há referência à energia gerada de 167.774 MWh ao invés de 316.214 MWh, Item B.7.1;
- Utilizar a notação brasileira de ponto decimal;
- Está errada a tradução na página 20 do DCP “São considerados sistema elétricos conectados aos sistemas do Uruguai e da Argentina, que estão conectados através de linhas de transmissão ao SIN”;
- Há várias frases em inglês em tabelas.

- No item “Contribuição para a sustentabilidade ambiental local”, seção A.2, consta “Elaboração de mapas de características meio ambientais” como tradução para “Environment characteristics mapping”.
 - A 2a nota de rodapé da página 3 (das duas versões) não é igual; a nota em inglês cita o site da Aneel, enquanto a nota em português cita os sites da ONS e MME
 - Na Seção A.4.3, 2o parágrafo, a versão em português traz referência a 52 metros de diâmetro enquanto que a em inglês fala em “58 metres”.
 - Na Seção B.1, a versão em inglês do PDD traz referência à reunião do Grupo Executivo que aprovou as versões da metodologia/ ferramentas utilizadas, o que não aparece no documento em português.
 - Na seção B.5 há o subpasso 2d: Análise de sensibilidade. Na versão em português está 2b;
 - Na seção B.7.2, item 4.1 da versão em inglês, a autoridade ambiental brasileira mencionada é a Fepam, órgão de proteção ambiental do estado do Rio Grande do Sul; já na versão em português aparece o Ibama, órgão federal de controle ambiental.
- b. Corrigir a afirmação do DCP/PDD de que “os dados de fornecimento por hora e a ordem de mérito não estão disponíveis para a aplicação da Análise dos Dados de Fornecimento”. Os fatores de emissão para projetos brasileiros no âmbito do MDL devem ser os calculados para o sistema único e disponibilizados por mês, dia e hora no sítio internet da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, conforme pede a Resolução N° 8 desta Comissão.
 - c. Refazer os cálculos do fator de emissão aplicando-se o método de análise de despacho, utilizando-se os dados disponibilizados pela Autoridade Nacional Designada Brasileira (CIMGC).
 - d. Corrigir, no item B.6.1 do DCP/PDD, a afirmação de que o sistema brasileiro se conecta com o do Uruguai, ao invés de fazê-lo com o do Paraguai.
 - e. Corrigir a afirmação do DCP/PDD de que “o período de recebimento de comentários foi de 15 dias, conforme o estabelecido, e as cópias das cartas com o correspondente AR (aviso de recebimento) foram entregues à Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima.” O período de recebimento não é limitado em 15 dias nem os avisos de recebimentos foram entregues.
 - f. Corrigir o nome de um dos proponentes do projeto, que ora é apresentado como Inversiones Financieras Fortuny, SLU, ora com Inversiones Financieras Fortuny, SL (Anexo 1).
 - g. No Item B.7.2, sub-item 4, o DCP inclui “monitoramento da contribuição para o desenvolvimento sustentável”, o que não é previsto pelas Resoluções da Comissão.
 - h. Confirmar o tamanho da linha de transmissão de 100 m que consta no Item A.2 do DCP/PDD.
 - i. Alterar a data de início da atividade de projeto, que está prevista para 01 de julho de 2010. Esta data deve ser anterior à de início da elaboração do projeto MDL;

2. Reapresentação do Relatório de Validação para:

- Acertar, na tradução para o português, a falta do Anexo A – Protocolo de
 - Validação e palavras não traduzidas, como “Brazil”, na capa.
 - Rever o uso dos fatores de emissão pela atividade de projeto. Devem ser utilizados os fatores de emissão disponibilizados por mês, dia e hora no sítio internet da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, conforme pede a Resolução N° 8 desta Comissão.
 - Retirar o monitoramento das contribuições ao desenvolvimento sustentável como um dos pontos de monitoramento do projeto, uma vez que isso não está previsto nas Resoluções da Comissão.
 - Corrigir o seguinte equívoco: na versão em português não aparecem referências aos anexos no final do índice (na versão em inglês consta Appendix A e B).
 - Corrigir o seguinte equívoco: no final do 2o parágrafo, página 16 (passo 2) da versão em português aparece que a TIR sobe para 11,38%. Na versão em inglês o valor é 11,52%. O 5o parágrafo desse mesmo item apresenta, na versão em inglês, valores com vírgula, como os em português (32,34% e 36,61%).
 - Corrigir o seguinte equívoco: o 3o parágrafo do item 3.3 - Plano de Monitoramento - menciona “tratamento diário dos registros dia a dia”. Além da redação ruim, não ficou clara qual é a periodicidade de registro dos dados.
 - Corrigir o seguinte equívoco: no 2o parágrafo após a tabela, na versão em português (página 28) não foi incluída a frase “In the same manner, the selfuse rates selected are the lowest in order to keep the conservative criteria”, que está na versão em inglês.
 - Esclarecer a razão do Anexo B, citado no índice da versão em inglês, não constar em nenhuma das duas versões apresentadas.
3. Publicar no site indicado nas cartas-convite o DCP e Anexo III, com as contribuições ao desenvolvimento sustentável do projeto, conforme pede a Resolução N° 7.
4. Enviar cópia das cartas-convite enviadas, bem como dos avisos de recebimento das mesmas, para Associação Comunitária, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Fórum Brasileiro de ONG's e Movimentos Sociais – FBOMS e Procuradoria Federal, a fim de que esteja em conformidade com o que é solicitado pela Resolução N° 7.
5. Enviar cópia dos Avisos de Recebimento – AR referente a todos os atores convidados, conforme a Resolução N° 7.
6. Apresentar o comprovante de legitimidade da assinatura aposta às declarações submetidas à Comissão.
7. Esclarecer o fato de constar na Licença como empreendedor a Gamesa Serviços Brasil Ltda, que é apresentada no DCP como fabricante dos aerogeradores.
8. Esclarecer o seguinte fato: o Relatório de Validação cita, na página 28 (versão em português), duas licenças ambientais que não são mencionadas no DCP: licença prévia - LP nº 1251/2008 e licença de instalação - LI nº 486/2003. Além dessas

licenças não terem sido mencionadas no DCP, a LI tem data anterior à LP, o que contraria a legislação brasileira sobre licenciamento ambiental.

9. Apresentar a licença ambiental com a capacidade instalada de geração de energia total para o projeto, que é de 98,68 MW. É necessário também apresentar a regularização do processo de licenciamento ambiental, uma vez que os documentos apresentados não estão válidos, segundo consulta ao site da FEPAM.
10. Reapresentar o Anexo III, para explicar melhor qual a contribuição do projeto para a sustentabilidade ambiental local.
11. Apresentar a correta informação da Zona UTM (número e letra) da localização física dos aerogeradores, e explicar porque não foram usadas coordenadas geográficas, como comumente é presente em resoluções da ANEEL.

➤ 239 - Parque Eólico Livramento (Entrada em 03/04/2009);

O Secretário, Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro, perguntou se esse projeto era do mesmo proponente e se ele tinha os mesmos problemas dos dois anteriores. A resposta foi positiva.

Portanto, a CIMGC deliberou pela **revisão** do projeto Parque Eólico Livramento, devendo ser atendidas as considerações a seguir:

1. Reapresentação do DCP/PDD para:

a. Acertos na tradução

- O DCP tem Versão 01, de 15/09/2008 e o PDD, Versão 05, de 11/02/2009;
- “Anexo II” ao invés de Anexo III, página 2;
- Utilizar a notação brasileira de ponto decimal;
- O projeto de Livramento é confundido com o de Jaguarão;
- Está errada a tradução na página 20 do DCP “São considerados sistemas elétricos conectados aos sistemas do Uruguai e da Argentina, que estão conectados através de linhas de transmissão ao SIN”;
- Há várias frases em inglês em tabelas.

b. Corrigir a afirmação do DCP/PDD de que “os dados de fornecimento por hora e a ordem de mérito não estão disponíveis para a aplicação da Análise dos Dados de Fornecimento”. Os fatores de emissão para projetos brasileiros no âmbito do MDL devem ser os calculados para o sistema único e disponibilizados por mês, dia e hora no sítio internet da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, conforme pede a Resolução N° 8 desta Comissão.

c. Refazer os cálculos do fator de emissão aplicando-se o método de análise de despacho, utilizando-se os dados disponibilizados pela Autoridade Nacional Designada Brasileira (CIMGC).

d. Corrigir, item B.6.1 do DCP/PDD, a afirmação de que o sistema brasileiro se conecta com o do Uruguai, ao invés de fazê-lo com o do Paraguai.

e. Corrigir a afirmação do DCP/PDD de que “o período de recebimento de comentários foi de 15 dias, conforme o estabelecido, e as cópias das cartas com o correspondente AR (aviso de recebimento) foram entregues à Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima.” O período de recebimento não é limitado em 15 dias nem os avisos de recebimentos foram entregues.

- f. Corrigir o nome de um dos proponentes do projeto, que ora é apresentado como Inversiones Financieras Fortuny, SLU, ora com Inversiones Financieras Fortuny, SL (Anexo 1).
 - g. No Item B.7.2, sub-item 4, o DCP inclui “monitoramento da contribuição para o desenvolvimento sustentável”, o que não é previsto pelas Resoluções da Comissão.
 - h. Confirmar o tamanho da linha de transmissão de 200 m que consta no Item A.2 do DCP/PDD.
 - i. Alterar a data de início da atividade de projeto, que está prevista para 01 de julho de 2010. Esta data deve ser anterior à de início da elaboração do projeto MDL;
2. Reapresentação do Relatório de Validação para:
- Acertar, na tradução para o português, a falta do Anexo A – Protocolo de Validação e palavras não traduzidas, como “Brazil”, na capa.
 - Rever o uso dos fatores de emissão pela atividade de projeto. Devem ser utilizados os fatores de emissão disponibilizados por mês, dia e hora no sítio internet da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, conforme pede a Resolução N° 8 desta Comissão.
 - Retirar o monitoramento das contribuições ao desenvolvimento sustentável como um dos pontos de monitoramento do projeto, uma vez que isso não está previsto nas Resoluções da Comissão.
3. Publicar no site indicado nas cartas-convite o DCP e Anexo III, com as contribuições ao desenvolvimento sustentável do projeto, conforme pede a Resolução N° 7.
 4. Enviar cópia das cartas-convite enviadas, bem como dos avisos de recebimento das mesmas, para Associação Comunitária, Fórum Brasileiro de ONG’s e Movimentos Sociais – FBOMS e Procuradoria Federal, conforme pede a Resolução N° 7.
 5. Enviar cópia dos Avisos de Recebimento – AR referente a todos os atores convidados, conforme a Resolução N° 7.
 6. Apresentar o comprovante de legitimidade da assinatura aposta às declarações submetidas à Comissão.
 7. Apresentar cópia da Licença Ambiental válida. Observa-se que é necessário esclarecer o fato de que a Licença Prévia apresentada, cuja validade expirou, não foi emitida em nome da Fortuny Energia Brasil Ltda. Consta na Licença, como empreendedor, a Gamesa Serviços Brasil Ltda, que é apresentada no DCP como fabricante dos aerogeradores. Esclarecer ainda quanto à potência do empreendimento, uma vez que a licença apresenta uma potência de 149,60 MW, diferente daquela mencionada no DCP (74,8 MW).
 8. Reapresentar o Anexo III, para explicar melhor qual a contribuição do projeto para a sustentabilidade ambiental local.
 9. Apresentar a correta informação da Zona UTM (número e letra) da localização física dos aerogeradores, e explicar porque não foram usadas coordenadas geográficas, como comumente é presente em resoluções da ANEEL.

➤ 240 – Projeto de MDL Estelar (Entrada em 03/04/2009);

A Dr. Samira Souza manifestou concordância com a aprovação contendo ressalvas proposta pelo MCT e solicitou a adição de mais uma ressalva: corrigir a divergência entre os valores das potências contidas nas licenças ambientais das PCHs Prata e Belmonte e aquelas constantes do DCP.

A Dr. Andréa Souza Santos concordou com a aprovação com ressalvas e solicitou a adição de mais uma ressalva que tratava de uma melhor descrição sobre a real contribuição para o desenvolvimento sustentável local, no que se referia à geração de emprego e renda.

Portanto, a CIMGC deliberou pela **aprovação** do projeto de MDL Estelar condicionada ao atendimento das seguintes **ressalvas**:

1. Reapresentação do DCP/PDD para acertar o nome do projeto, colocando simplesmente “Projeto de MDL Estelar” no Item A.1.
2. Reapresentação o Relatório de Validação, em sua tradução para o português, para acertar a pontuação decimal trocada, bem como alguns trechos não traduzidos (p.e. página 35 e 36).
3. Apresentar o estatuto social da Energética Saudades S/A para comprovar a suficiência de apenas um Diretor para as declarações apresentadas.
4. Apresentar as declarações referentes à Companhia Energética Rio das Flores com duas assinaturas, como pede seu contrato social.
5. Corrigir as divergências entre os valores das potências licenciadas para as PCHs Prata e Belmonte constantes das licenças ambientais e do DCP.

➤ 241 – Projeto de MDL Paragominas (Entrada em 09/04/2009);

O Dr. Adriano indicou que não havia uma descrição dos cuidados que seriam tomados quanto ao transportes de cinzas dos processos de combustão dos resíduos, faltava esclarecimentos quanto à origem dos resíduos madeireiros e se esses serão de origem renovável ou que pelo menos apresentassem os licenciamentos dos devidos empreendimentos que forneceriam os resíduos para o projeto. Sendo assim, as dúvidas em relação ao procedimento para o controle de consumo dos resíduos seria uma parte sensível do projeto.

A Dr. Andréa Souza Santos ressaltou a existência de problemas no processo de licenciamento ambiental.

A Dr. Samira Souza mencionou que o proponente não apresentou nenhuma menção de conformidade junto a ANEEL para implantação do projeto de geração de energia.

Portanto, a CIMGC deliberou pela **revisão** do projeto de MDL Paragominas, devendo ser atendidas as exigências a seguir:

1. Reapresentar o DCP para acertos na tradução, como por exemplo:

- a remoção do termo “viável” no seguinte trecho da página 23, que aparece duplicado: “A implementação da atividade de projeto sem os incentivos do MDL não se mostra viável financeiramente viável”.
- As devidas correções da notação numérica de valores contidos nos itens A.4.3 e B.6.1, particularmente quanto às tabelas 2, 14, 17 (total da estimativa ex-ante das Emissões (tCO₂ e)) e 24. Os valores devem apresentar ponto no lugar de vírgula. Quanto à tabela 14, além da pontuação equivocada (63.072, e não 63,072), as unidades da primeira e última colunas estão invertidas. A unidade da Capacidade Instalada é MW e EGy é MWh/ano.
- substituição do termo “produção evitada de metano” por “emissão evitada de metano” no item A.2. A redação sugerida traduz melhor a ideia contida nesse elemento do projeto;
- referências corretas às metodologias I.D e III.E, inserindo o termo “AMS” antes das mesmas, uma vez que no Relatório de Validação o termo “AMS” consta corretamente (AMS I.D e AMS III.E);
- a Tabela 21 da página 41 do DCP não corresponde com a do PDD.
- tradução para o português de termos em inglês contidos em trechos como:
 - “Serão também utilizada versão 04 da ferramenta metodológica *“Tool to determine methane emissions avoided from disposal of waste at a solid waste disposal site”* e a Versão 01 da *“Tool to calculate the emission factor for an electricity system”* (item B.1);
 - “Estão descritos a seguir os principais parâmetros que serão utilizados na aplicação da equação 4 deste PDD, fornecida pela *“Tool to determine methane emissions avoided from disposal of waste at a solid waste disposal site”* (item B.4);
 - outros de teor similar.

Solicita-se que seja efetuada uma revisão geral da tradução de outras partes, além daquelas apontadas acima.

2. Descrever os devidos cuidados que serão tomados no que se refere ao transporte das cinzas resultantes do processo de combustão dos resíduos, bem como à utilização das cinzas pela indústria de cerâmica da região;
3. Apresentar declaração de que os resíduos madeireiros têm origem renovável ou que são resultantes de empreendimentos devidamente licenciados;
4. A informação sobre a quantidade de biomassa a ser utilizada na produção de energia necessita de maiores esclarecimentos. Os proponentes afirmam que serão consumidos por hora 1,5 toneladas de resíduos de madeira no processo de combustão direta, mas afirmam no DCP (fls. 48) que o procedimento para controle do consumo de tal quantidade, “ainda não está totalmente definido” ou ainda, às mesmas fls., que “Este procedimento não está 100% definido”. Considerando ser justamente este um dos pontos mais importantes da atividade de projeto, uma vez que pode influenciar no resultado final, solicita-se que o procedimento de mensuração e registro dessa quantidade de biomassa a ser utilizada, no dia a dia da planta, necessita ser melhor definido.
5. Reapresentar o Relatório de Validação contendo a correta notação numérica, com ponto no lugar de vírgula, em trechos como “as reduções totais do projeto estão estimadas em 262,568 ton. CO₂e no período de crédito de 7 anos, com uma média

de 37,509 ton. de CO₂e anualmente”. A versão em português deve ser alterada para “as reduções totais do projeto estão estimadas em 262.568 t CO₂e no período de crédito de 7 anos, com uma média de 37,509 t CO₂e anualmente”. Registra-se que a unidade correta de tonelada é t, e não ton. Portanto, esse tipo de correção deverá ser efetuado ao longo de todo o texto onde existirem esses equívocos.

6. Apresentar a Declaração da Entidade Operacional Designada, em atendimento ao Artigo 4º da Resolução no 01 da CIMGC.
7. Apresentar licença ambiental em conformidade com a legislação ambiental vigente, pois:
 - Há divergência entre a denominação do documento, intitulado como “LICENÇA DE OPERAÇÃO”, e a simbologia utilizada “LP”;
 - Há a necessidade de esclarecimentos quanto a fatos que afrontam o procedimento estabelecido pela Resolução CONAMA nº 279/01, citada na Licença. O artigo 3º da referida Resolução reforça o sentido de que o Relatório Ambiental Simplificado (RAS) deveria ter sido apresentado previamente à emissão da LP. Verifica-se a mesma situação no que se refere à exigência nº 5, elencada na licença emitida: o objeto que se está exigindo como condicionante à fase de Licença de Instalação, já deveria ter sido apresentado como objeto para a análise que subsidiou a emissão da LP.
 - Há a necessidade de esclarecimentos quanto ao conflito de competência sobre qual entidade deve emitir a licença ambiental do empreendimento, de caráter municipal ou estadual.
8. Apresentar autorização junto à ANEEL para a implantação do empreendimento parageração de energia elétrica.

➤ 242 – Aterro CTRS / BR040 (Entrada em 11/05/2009).

A Dr.^a Samira Souza relatou que o proponente não apresentou a licença ambiental para atividade de geração de energia, além de não ter realizado a devida comunicação à ANEEL.

Considerando-se o Parecer do MCT bem como a manifestação do MME, o Secretário, Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro, perguntou se existia mais algum comentário e ninguém se manifestou.

Portanto, a CIMGC deliberou pela **revisão** do projeto Aterro CTRS / BR040, devendo ser atendidas as exigências a seguir:

1. Reapresentar o DCP/PDD para acertos da notação numérica nas partes como as identificadas abaixo:
 - Tabela A.4.4.1 Total de reduções de emissões (pag. 13 do DCP); *Table B.4.1 Energetic sources of Brazilian electric grid* (pag. 18 do PDD); IRR (pag. 21 do PDD); PROINFA (pag. 21 do PDD); *Table B. 5.1: Main financial data e Table B.5.2: Financial analysis result* (pag. 22 do PDD); *Table B.5.3: Sensitivity analysis* (pag. 23 do PDD); Passo 4 – Análise da prática comum (pag. 25 do DCP); *Table B.6.3.2. Project Emissions from flaring* (pag. 50 do PDD); *Table B.6.3.3. Methane Destroyed by Flaring*

(pag. 51 do PDD); *Table B.6.3.4. Methane Destroyed by Electricity production* (pag. 51 do PDD); *Table B.6.3.6. Methane Destroyed in the absence of the Project* (pag. 52 do PDD); *Table B.6.3.7. Ex.ante Estimation of Emission Reductions* (pag. 53 do PDD);

- Outros de teor similar.

2. Reapresentar o DCP para acertos na tradução, tais como:

- Figura B.3.1 Fluxograma do limite do projeto (pag. 15 do DCP); gráfico B.5.4. (pag. 23); Organograma do Plano de Monitoramento (pag. 87 do DCP);
- Outros de teor similar.

3. Reapresentar o DCP/PDD para acertos nas divergências identificadas nos itens abaixo:

- A.4.3 – Tecnologia a ser empregada pela atividade de projeto:

DCP	PDD
Faltou a descrição da sigla BL	BL: Multistage Blower

- B.8 - Informações de contato da Aria biz S.A.:

DCP	PDD
Tel.: +39 335 7520164	Mobile: +57 320 271 2808

- Tabela B.6.3.7. Estimativa ex-ante das reduções de emissões :

DCP	PDD
2009 - 96.275	2009 - 96.889
2010 - 234.565	2010 - 237.473
2011- 191.679	2011 - 194.588
2012- 159.500	2012 - 162.409
2013 - 134.678	2013 - 137.586
2014 - 115.598	2014 - 118.506
2015 - 100.606	2015 - 103.515
2016 - 88.566	2016 - 91.475
2017 - 78.693	2017 - 81.601
2018 - 70.437	2018 - 73.346
2019 - 42.276	2019 - 44.215

4. Reapresentar o Relatório de Validação removendo a menção à carta de aprovação na lista de referências contidas na seção 7 (Referências dos documentos);

5. Reapresentar o Anexo III de forma que os elementos da contribuição ao desenvolvimento sustentável sejam conseqüências diretas da atividade de projeto do MDL;
6. Enviar as planilhas eletrônicas dos cálculos da TIR utilizadas no item do DCP sobre adicionalidade.
7. Apresentar a componente de geração de energia elétrica na licença ambiental válida para a atividade de projeto, esclarecendo também o conflito de competência sobre qual entidade deve emitir a licença ambiental ao empreendimento, de caráter municipal ou estadual.
8. Esclarecer se foi solicitado registro junto à ANEEL para a atividade de geração de energia elétrica, conforme Resolução ANEEL Nº 112, de 18 de maio de 1999.

O Secretário, Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro, passou para a deliberação sobre novos projetos.

- 243 – Projeto de Co-geração com Bagaço **Rafard** (PCBR) (Entrada em 23/06/2009);

O Secretário, Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro, perguntou aos membros se existia alguma objeção em relação à análise do projeto, pois esse havia chegado depois do prazo regulamentar, mas o MCT já tinha emitido parecer. Todos concordaram com a análise do projeto.

O Dr. Adriano Santhiago relatou problemas no Anexo III da Resolução 01 da CIMGC, o qual continha informações extremamente reduzidas, não sendo possível diferenciar o que é contribuição específica do projeto ou do empreendimento de produção de álcool como um todo. Esse fato, bem como outros, levaram o MCT a solicitar a revisão do projeto.

A Dr. Andréa Souza Santos concordou com as colocações do Dr. Adriano Santhiago e apoiou o pedido de revisão do projeto.

Portanto, a CIMGC deliberou pela **revisão** do projeto de Co-geração com Bagaço **Rafard** (PCBR), devendo ser atendidas as exigências a seguir:

1. Reapresentação do DCP/PDD para:
 - Esclarecer sobre a fonte do valor do benchmark apresentado, já que Relatório de Validação diz que o mesmo foi fornecido pelo Ministério de Minas e Energia, mas o DCP cita apenas uma fonte de quase um ano antes do início da atividade de projeto.
 - Acertar o nome da empresa Econergy, tanto no Item A.3 quanto no Anexo 1 do DCP, para sua denominação atual.
 - Corrigir as informações divergentes entre a Tabela 3 do DCP (pág. 28) e aquela que consta na página 32, ao final da seção B.6.3. Também há incompatibilidade do bagaço consumido em 2009 entre as duas Tabelas. Corrigir diversas informações divergentes entre o PDD e o DCP, os quais

evidenciaram problemas de tradução que geraram dificuldades de entendimento, como, por exemplo:

- ... financeiramente “ativo”, em vez de “atrativo” – página 18 do DCP.
- A frase: “O outro leilão exclusivo de geração da biomassa, promovido em 2008, pode ser descrito com decepcionante” (pág 22 do DCP), deveria ser “o outro leilão exclusivo de geração da biomassa, promovido em 2008, pode ser descrito **como** decepcionante”.
- Na pág. 24 do DCP lê-se a seguinte frase no subpasso 4b “A análise no subpasso 4b mostra que atividades de projeto”(…) deveria ser : “A análise no subpasso **4a** mostra que atividades de projeto (…)” conforme original em inglês;
- EF_{grid,BM,2007}, em vez de EF_{grid,BM,2008} – página 31 do DCP;
- Frases em inglês no DCP, como por exemplo “*Data for the cogeneration plant prior and after the Rafard project*” (tabela, pág.8).

2. Reapresentação do Anexo III mostrando de forma clara e objetiva as contribuições do projeto para o desenvolvimento sustentável, com informações mais extensivas. Especial atenção deve ser dada:

- à afirmação “possibilitaram aos funcionários da empresa um maior suporte em suas decisões de especializações”, em relação à contribuição para a distribuição de renda;
- ao aumento de empregos diretos e indiretos pelo aumento do plantio da cana,
- aumento este não previsto no DCP;
- à contribuição do projeto para a sustentabilidade ambiental local, para o desenvolvimento das condições de trabalho e para a geração líquida de empregos.

3. Reapresentação do Relatório de Validação para:

- Remover as referências equivocadas à versão mais antiga da metodologia ACM0006 (versão 06.2);
- Esclarecer a potência instalada do projeto, já que o DCP afirma ser de 2 x 25 MW e o Relatório de Validação, 43 MW;
- Corrigir diversas informações divergentes entre as versões em português e em inglês, evidenciando problemas de tradução, como por exemplo:
 - Pontuação decimal na notação em inglês, por exemplo, na página 26 do Relatório;
 - A palavra “sensitivity” que significa sensibilidade é traduzida como SENSITIVIDADE em todo o texto.
 - Incluir “turbo gerador” no último ponto da pág. 10: “um de 1.2 MW.” O correto seria “um turbo gerador de 1,2 MW”;
 - O texto “Margem de construção do fator de emissão da rede brasileira(…)” pág 20, está mal traduzido;
 - A palavra corte na pág.22 aparece com dois “o”.
 - A quantidade de emissões reduzidas está com notação de língua inglesa.

- Corrigir informação divergente em relação ao DCP/PDD referente à quantidade de usinas de cana existente: o Relatório de Validação, por duas vezes, indica 442 na página 30, enquanto os primeiros documentos, 422. Também na página 11 há a informação de 390 usinas.
4. Esclarecer o fato de que o CNPJ apresentado para a empresa Econergy Brasil Ltda., 08.453.014/0001-72, refere-se hoje à Econergy Brasil Serviços Corporativos Ltda. A documentação do projeto precisa estar totalmente coerente, inclusive com a apresentação do contrato social atualizado, se for o caso.
- 244 – Projeto de Co-geração com Bagaço **Costa Pinto** (PCBCP) (Entrada em 23/06/2009);

O Dr. Adriano Santhiago relatou que esse projeto apresentava problemas semelhantes ao projeto anterior e deveria ser encaminhando para revisão.

A Dr. Andréa Souza Santos ressaltou problemas no anexo III.

Portanto, a CIMGC deliberou pela **revisão** do projeto de Co-geração com Bagaço **Costa Pinto** (PCBCP), devendo ser atendidas as exigências a seguir:

1. Reapresentação do DCP/PDD para:

- Esclarecer sobre a fonte do valor do benchmark apresentado, já que o Relatório de Validação diz que ele foi fornecido pelo Ministério das Minas e Energia, mas o DCP cita apenas uma fonte de quase um ano antes do início da atividade de projeto.
- Acertar o nome da empresa Econergy, tanto no Item A.3 quanto no Anexo 1 do DCP, para sua denominação atual.
- Corrigir as informações divergentes entre a Tabela 5 do DCP (pág. 28) e aquela que consta na página 32, ao final da seção B.6.3. Também há incompatibilidade do bagaço consumido em 2009 entre as duas Tabelas.
- Corrigir diversas informações divergentes entre o PDD e o DCP, os quais evidenciaram problemas de tradução que geraram dificuldades de entendimento, como, por exemplo:
 - ... financeiramente “ativo”, em vez de “atrativo” – página 18 do DCP.
 - A frase: “O outro leilão exclusivo de geração da biomassa, promovido em 2008, pode ser descrito com decepcionante” (pág 22 do DCP), deveria ser “o outro leilão exclusivo de geração da biomassa, promovido em 2008, pode ser descrito **como** decepcionante”.
 - Na pág. 24 do DCP lê-se a seguinte frase no subpasso 4b “A análise no subpasso 4b mostra que atividades de projeto (...)” deveria ser : “A análise no subpasso **4a** mostra que atividades de projeto (...)” conforme original em inglês.
 - EF_{grid,BM,2007}, em vez de EF_{grid,BM,2008} – página 31 do DCP.

2. Reapresentação do Anexo III mostrando de forma clara e objetiva as contribuições do projeto para o desenvolvimento sustentável, com informações mais extensivas. Especial atenção deve ser dada:
 - à afirmação “possibilitaram aos funcionários da empresa um maior suporte em suas decisões de especializações”, em relação à contribuição para a distribuição de renda;
 - ao aumento de empregos diretos e indiretos pelo aumento do plantio da cana, aumento este não previsto no DCP;
 - à contribuição do projeto para a sustentabilidade ambiental local, para o desenvolvimento das condições de trabalho e para a geração líquida de empregos.
3. Reapresentação do Relatório de Validação para:
 - Esclarecer a potência instalada do projeto, já que o DCP afirma ser de 3 x 25 MW e o Relatório de Validação, 65,5 MW;
 - Remover as referências equivocadas à versão mais antiga da metodologia ACM0006 (versão 06.2);
 - Corrigir diversas informações divergentes entre as versões em português e em inglês, evidenciando problemas de tradução, como por exemplo:
 - Pontuação decimal na notação em inglês, por exemplo, na página 26 do Relatório;
 - A palavra “sensitivity” que significa sensibilidade é traduzida como SENSITIVIDADE em todo o texto;
 - Incluir “**turbo gerador**” no último ponto da pág. 10: “um de 1.2 MW” O correto seria “um turbo gerador de 1,2 MW”;
 - A palavra corte na pág.22 aparece com dois “o”.
 - Corrigir informação divergente em relação ao DCP/PDD referente à quantidade de usinas de cana existente: o Relatório de Validação, por duas vezes, indica 442 na página 30, enquanto os primeiros documentos, 422.
4. Esclarecer o fato de que o CNPJ apresentado para a empresa Econergy Brasil Ltda., 08.453.014/0001-72, refere-se hoje à Econergy Brasil Serviços Corporativos Ltda. A documentação do projeto precisa estar totalmente coerente, inclusive com a apresentação do contrato social atualizado, se for o caso.
5. Esclarecer a razão pela qual o sítio da internet (<http://www.econergy.com.br/COSAN/usinacostapintoDCP20080317LSP.pdf>) não mostra referência sobre onde se pode obter cópias, em português, da última versão disponível do DCP e descrição da contribuição da atividade de projeto ao desenvolvimento sustentável, corrigindo o problema.

Novos projetos:

Foram apresentados os seguintes novos projetos:

- 245 – BRASCARBON Projeto de Recuperação de Metano BCA-BRA-02, Brasil (Entrada em 03/07/2009).

- 246 – BRASCARBON Projeto de Recuperação de Metano BCA-BRA-03 (Entrada em 06/07/2009);
- 247 – BRASCARBON Projeto de Recuperação de Metano BCA-BRA-05 (Entrada em 06/07/2009);
- 248 – BRASCARBON Projeto de Recuperação de Metano BCA-BRA-07 (Entrada em 06/07/2009);
- 249 – BRASCARBON Projeto de Recuperação de Metano BCA-BRA-08 (Entrada em 06/07/2009).
- 250 – Projeto de tratamento e Utilização de Dejetos de Suínos Ecobio Carbon – Suinocultura no 4. (Entrada em 06/07/2009).

O Secretário, Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro, informou que os projetos acima deram entrada em julho, fora do prazo regulamentar para a análise. Por isso, não houve nesse caso possibilidade de avaliação.

Portanto, a CIMGC deliberou que os novos projetos relacionados acima fossem considerados como **submetidos** para a próxima reunião.

Antes de passar para outros assuntos, a Dr^a Andréa Souza Santos solicitou à CIMGC e à Secretaria Executiva a avaliação da possibilidade dos Ofícios a serem enviados aos proponentes dos projetos ficarem disponibilizados por dois ou três dias para serem validados pelos Ministérios que elaboram pareceres. Depois disso, os ofícios seriam encaminhados pela Secretaria Executiva da CIMGC. O Dr. Adriano Santhiago pediu que esse prazo não ultrapassasse dois dias após o recebimento das minutas de ofícios, para que o processo de envio dos mesmos aos proponentes não fosse atrasado.

Portanto, a solicitação de um prazo de dois dias foi aceita pela CIMGC.

3. Outros Assuntos

- Instrução Normativa nº 7 do IBAMA, de 13 de abril de 2009.

O Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (SEPED/MCT), Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro, iniciou a discussão sobre esse item mencionando que a Consultoria Jurídica do MCT (CONJUR/MCT) elaborou parecer sobre a Instrução Normativa em questão e que elementos do mesmo seriam apresentados pela representante daquela CONJUR/MCT na reunião, Dr^a Lídia Miranda.

A Dr^a Lídia Miranda manifestou que a Instrução Normativa padece de vícios de legalidade e constitucionalidade, como também problemas do ponto de vista econômico, ambiental e estratégico. Ela citou o Artigo Terceiro, Inciso um, do Decreto de 7 de julho de 1999, alterado pelo Decreto de 10 de janeiro de 2006, o qual estabelece que cabe à Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima emitir parecer sempre que demandada sobre proposta de políticas setoriais, instrumentos legais e normas que contenham componentes relevantes para a mitigação da mudança global do clima e para a adaptação do país a seus impactos.

A Dr^a Lúcia Miranda recomendou que a Comissão, em ato que fosse assinado por todos os membros, se dirigisse ao Ministro do Meio Ambiente ou ao Presidente do IBAMA para solicitar a revogação da Instrução Normativa nº 7 do IBAMA, de 13 de abril de 2009 (IN IBAMA nº 7/2009).

O Secretário, Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro, passou a palavra para a representante do Ministério do Meio Ambiente com a finalidade de saber a sua posição.

A Dr^a Andréa Souza Santos registrou que o MMA já tinha recebido uma nota técnica e disse que atualmente não existia nada substancial a ser discutido porque o assunto estava sendo tratado no âmbito do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). A Dr^a Andréa Souza Santos disse que não seria a pessoa mais adequada para tratar da instrução normativa.

O Secretário, Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro, passou a palavra para MRE e a sua representante, Maria Clara Tavares Cerqueira, esclareceu que na última reunião da Câmara Técnica do CONAMA que trata desse assunto, o projeto de Resolução foi retirado de pauta e que uma reunião extraordinária que tinha como objetivo discutir esse projeto havia sido cancelada justamente por essa razão. Assim, esse projeto estaria em suspenso no âmbito daquele Conselho.

O Secretário, Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro, passou a palavra para a representante da CASA CIVIL, Dr^a. Leíza Dubugras, que esclareceu que o processo de discussão da resolução do CONAMA havia sido paralisado.

A Dr^a Andréa Souza Santos do Ministério do Meio Ambiente concordou com a Dr^a. Leíza Dubugras e esclareceu que estava em discussão a criação de um grupo de trabalho para tratar da proposta de resolução e a partir daí envolver todos os atores, pois já vinham ocorrendo reuniões bilaterais, mas a idéia seria trabalhar a proposta de resolução com os demais atores.

A Dr^a. Leíza Dubugras pediu a palavra para esclarecer o que foi dito pela Dr^a Andréa Souza Santos e questionou sobre a natureza do referido grupo, composição e em que âmbito estaria sendo tratada essa proposta.

A Dr^a Andréa Souza Santos esclareceu dizendo que inicialmente foi criado um grupo interno para apresentar uma nova proposta de resolução, para assim ser posta na câmara técnica do CONAMA que trata do tema, e a partir daí decidir sobre a criação de um grupo de trabalho ou não. E a informação que a Dr^a Andréa Souza Santos teve era a de que a proposta fora retirada da pauta da última reunião da câmara técnica daquele Conselho.

O Secretário, Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro, voltou a discutir a análise jurídica e disse que se a CIMGC entendesse que se esse tema merecesse ser acordado para a construção de uma resolução, todos os membros da Comissão não teriam se furtado a trabalhar nesse sentido. Ele deixou claro que não entendia o fato de se propor uma resolução no CONAMA para tal tema, já que existe uma comissão interministerial com competência para tratar do tema, conforme explicitara a Dr^a Lúcia Miranda. A Dr^a Andréa Souza Santos disse que seria

uma exigência para o licenciamento ambiental das termoeletricas. E o Secretário, Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro, insistiu na questão dizendo que toda vez que existe uma proposta de uma usina termoeletrica já são exigidas as devidas licenças ambientais. Portanto, havia risco de redundância ao se estabelecer uma resolução no CONAMA para assegurar o licenciamento ambiental.

A Dr^a. Leíza Dubugras voltou a se pronunciar e disse que determinados pontos devem ser estabelecido por lei e a instrução normativa acaba permeando as competências do Ministério de Minas e Energia, por exemplo e indo além de decisões políticas de governo.

O Dr. Hamilton Moss (MME), designado especificamente para esse tema, mencionou que além da questão econômica, as térmicas estavam relacionadas também com questão de segurança energética e de impactos de relação custo-benefício. Ele manifestou que da forma que foi colocada, a IN IBAMA nº 7/2009 inviabiliza as usinas térmicas por levar insegurança jurídica ao setor empresarial e acaba inviabilizando outras formas de energia tais como a eólica por também levar insegurança a um setor que se encontra em evolução. Ele concordou com o Parecer Jurídico apresentado pela CONJUR/MCT e disse que a CIMGC deveria se pronunciar por uma questão de competência e que se fosse para criar um grupo de trabalho para tratar do tema que o fosse no âmbito da CIMGC.

A Dr. Samira Souza ressaltou que não se deveria discutir a proposta de resolução CONAMA e sim a instrução normativa do IBAMA que está vigente. A Dr^a Samira Souza registrou que apesar da alegação de que a instrução normativa visa auxiliar os objetivos do plano nacional sobre mudança do clima, nunca não foi discutida no âmbito do comitê sobre mudança do clima (CIM), sendo uma discussão importante para evitar desgastes entre os membros do próprio Comitê.

O Dr. Adriano Santhiago reforçou a intervenção da Dra. Samira Souza no sentido de chamar a atenção para o fato de que apesar de apresentar correlação, a IN constituía um documento que já se encontra em vigor, enquanto que a Resolução CONAMA se encontra no âmbito de proposta.

O Secretário, Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro, questionou sobre a possibilidade da adoção de medidas para revogação integral da instrução normativa e a Dr^a Lídia Miranda de Lima orientou que o primeiro passo seria a solicitação da CIMGC, através da Presidência ou por meio dos membros que a compõe, de revogação imediata por razões que estão no parecer da consultoria jurídica que representa a advocacia geral da união no MCT. A segunda opção seria uma ação direta de inconstitucionalidade. Com relação ao CONAMA, a Dra Lídia Miranda de Lima disse que se o Conselho tem a intenção de propor uma nova Resolução, que o texto deveria ser apresentado na CIMGC.

A Dr^a. Leíza Dubugras concordou com o encaminhamento proposto pela Dra Lidia Miranda de Lima, mas sugeriu que o Ministério de Ciência e Tecnologia fizesse o encaminhamento à Casa Civil. Destacou ainda que o processo seria mais rápido e fortaleceria as outras manifestações que a Casa Civil já havia recebido sobre o mesmo assunto.

O Secretário, Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro, solicitou que junto ao Parecer da CONJUR/MCT, fosse também encaminhado pelo Ministério de Minas e Energia uma nota técnica explicitando todos os problemas trazidos pela IN IBAMA nº 7/2009. Uma segunda opção seria entrar em contato com o Ministro de Ciência e Tecnologia para que o encaminhamento fosse feito ao Ministro do Meio Ambiente.

O Secretário, Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro, também disse que o encaminhamento poderia ser feito para a Casa Civil, se assim os membros decidissem.

O Secretário, Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro, registrou que o encaminhamento seria feito com a assinatura de todos os membros e não por ele isoladamente, para demonstrar a concordância de toda a Comissão. Registrou também que entenderia a provável abstenção do Ministério do Meio Ambiente.

O Dr. Hamilton Moss de Souza sugeriu um encaminhamento à Casa Civil com cópia para o IBAMA, reforçando o papel da CIMGC.

Então ficou decidido que o encaminhamento será feito à Casa Civil, constando como material anexo o parecer jurídico da CONJUR/MCT, mais uma nota técnica do Ministério de Minas e Energia, bem como uma cópia da ata que deveria trazer os Ministérios que são a favor do encaminhamento proposto. Manifestou que também seria necessário apontar as dificuldades com Resoluções paralelas ou similares à Instrução Normativa.

O MME reafirmou a necessidade de explicitar que a CIMGC constitui o Fórum onde o assunto deve ser discutido.

A Dra. Lúcia Miranda sugeriu ainda que os representantes dos ministérios presentes na reunião da CIMGC colham a assinatura do membro titular ou suplente com base na ata da reunião.

A Dr^a Leiza Dubugras manifestou que a Casa Civil deveria se abster pelo fato de serem os mediadores da questão.

O Secretário, Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro, registrou que outro ponto de pauta da CIMGC era a possibilidade de realização de reunião extraordinária devido ao significativo número de projetos no âmbito do MDL encaminhados à CIMGC. Portanto, deveria se aproveitar a ocasião para que o assunto fosse reconsiderado. Dessa forma, visando o encaminhamento à Casa Civil, um extrato da ata contendo a discussão deveria ser trazido na reunião extraordinária para fins de aprovação, colhendo-se as assinaturas necessárias.

O Dr. Adriano Santhiago lembrou que a ata é encaminhada aos membros da Comissão em caráter restrito. Portanto, sugeriu que fosse encaminhado um extrato da ata contendo a discussão específica em relação ao assunto. Obviamente os outros assuntos da agenda não fariam parte desse extrato. Com base na proposta, o Dr. Newton sugeriu algo ainda mais prático: tal extrato deveria conter apenas um resumo da discussão e a deliberação sobre o assunto.

- Proposta de Reunião Extraordinária da CIMGC em agosto.

Em função do número significativo de projetos encaminhados à CIMGC, aprovou-se a realização de uma reunião extraordinária no dia 19 de agosto de 2009. Como observado anteriormente, o Secretário, Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro, sugeriu que se aproveitasse a ocasião para que fosse reconsiderada a questão da IN do IBAMA. Os membros aceitaram a proposta.

- Apresentação, na próxima Reunião Ordinária da CIMGC, sobre Projeto CGEE.

A CIMGC aprovou a apresentação, a ser realizada por ocasião da próxima Reunião Ordinária da CIMGC, do Projeto CGEE que trata de isenção tributária para créditos de carbono.

O Dr. Adriano Santhiago esclareceu que o CGEE solicitou que se aproveitasse a oportunidade de reunião da CIMGC para apresentar o produto daquele CGEE, elaborado por consultor. Sugeriu ainda que a apresentação fosse realizada meia hora ou uma hora antes do horário usual de reuniões da CIMGC. O Dr. Ernani Kuhn (MFazenda) questionou se o estudo já estaria disponível, mas foi esclarecido que a intenção é estabelecer um primeiro contato com o estudo.

O Dr. Ernani Kuhn (MFazenda) observou a complexidade envolvida com a questão tributária associada aos créditos de carbono. Lembrou que permanece a necessidade de definição jurídica de crédito de carbono para se discutir com maior embasamento a tributação ou a isenção da mesma quanto aos referidos créditos. Concordou que é apropriada a apresentação sobre o estudo em questão.

O Dr. Adriano Santhiago lembrou que a CGMC/MCT tem mantido estreito contato com o MFazenda para discutir essas e outras questões. Recentemente houve duas reuniões sobre natureza jurídica das RCEs.

O representante do Ministério do Planejamento, Dr. Wadih Neto, aproveitou o item sobre outros assuntos para informar que entre os dias 21 e 25 de setembro de 2009, aquele Ministério, em parceria com o IBGE, promoverá um seminário internacional sobre estatísticas ambientais e contas econômico-ambientais integradas, o qual contará com uma seção sobre estatísticas ambientais e mudanças climáticas. Os dois primeiros dias serão dedicados a participações internacionais e os três últimos dias serão voltados para características mais técnicas. O convite formal será ainda enviado, pois a Agenda do evento se encontra em fase de finalização.

Não havendo assuntos adicionais a tratar, O Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (SEPED), Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro, encerrou a reunião, agradecendo uma vez mais a presença de todos, bem como a colaboração de costume, em particular da Dra. Lidia (Conjur/MCT).